

4.1 Artigos Originais

4.1.1 Rupturas em estruturas líquidas do capitalismo: Giddens e Bauman “sobre” um mesmo ambiente.

C. RAMOS¹; M. A. ZILBER²; L. F. S. FREITAS³.

¹ Doutorando em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil, crs.economista31410@gmail.com

² Doutor em Administração pela USP, Professor do Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas (Mestrado e Doutorado) da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil, moises.zilber@mackenzie.br

³ Doutor em Economia pela UNICAMP, Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano, SP, Brasil, lucio.freitas@prof.uscs.edu.br

COMO CITAR O ARTIGO:

C. RAMOS; M. A. ZILBER; L. F. S. FREITAS. **Rupturas em estruturas líquidas do capitalismo: Giddens e Bauman “sobre” um mesmo ambiente..** URL: www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.9, n.4, p. 180-194, out/2019.

RESUMO

Com este ensaio nos propomos a promover uma ruptura nas lentes teóricas vigentes. Para tanto reconhece-se e discute um contexto que salienta a modernidade saturada, projetando um planeta com distintas dilacerações, ao mesmo tempo em que se apresenta e pondera o termo desenvolvimento sustentável. Tal termo está fundamentado em uma teoria que, se posta em prática, as questões climáticas seriam visualizadas num caminho de cura ou mitigação. Nessa visão, este ensaio é pautado na concepção que Giddens apresenta, potencializando as questões políticas, a ênfase da necessidade do papel do Estado, e as possibilidades de rupturas as quais estamos progressivamente sujeitos. No intuito de melhor fundamentação da discussão, Bauman é um autor que vem elucidar e trazer a sua percepção de liquidez da modernidade, na qual estaríamos inseridos, assim como as consequências e sequelas que estão sendo projetadas. Não há um caráter político ou ambientalmente pessimista, pelo contrário, trata-se, mesmo, de despertar uma inquietação que provoque um movimento.

Palavras-chave: Modernismo; Desenvolvimento sustentável; Mitigação.

As discussões acerca do papel das organizações corporativas e sua relação com os limites da natureza são potencializados na década de 1990, primeiro em decorrência da Cúpula da Terra (Rio 92) e posteriormente pela consagração do conceito *triple bottom line* (TBL) desenvolvido por Jonh Elkington, que trouxe a consciência da necessidade de se repensar o modelo econômico dos países através de um olhar crítico notadamente sobre as práticas de produção e consumo. Neste contexto, além das mudanças na realidade econômica globalizada e nos sistemas unificadores dos processos produtivos e financeiros dos países, ganhou força a consciência da necessidade de economizar e potencializar recursos naturais esgotáveis e de mitigar a acelerada deterioração ambiental.

Umberto Eco argumenta que são consideradas descobertas científicas inclusive “uma reorganização e releitura de estudos precedentes que conduzem à maturação e sistematização das ideias que se encontravam dispersas em outros textos” (ECO, 2005), isto posto, iniciaremos este ensaio pautado na concepção de Anthony Giddens⁴ uma contextualização apresentando sua inquietação basilar ao classificar a pós-modernidade como uma invenção, argumentando acerca da justificação de que não há uma ruptura, mas sim uma transformação institucional, ratificando, portanto, nos encontrarmos numa alta modernidade.

Consideramos apropriado mencionar, dentre outros, Émile Durkheim e Pierre Bourdieu como alguns dos pensadores que tiveram

⁴ Sociólogo britânico, nascido em 18 de janeiro de 1938. Em 1959 graduou-se na Universidade de Hull (Inglaterra), obteve o mestrado pela London School of Economics and Political Science e doutorado pela Universidade de Cambridge em 1974. Dentre outras atividades, lecionou na Universidade de Leicester, Universidade de Cambridge e London School of Economics.

forte influência concepção filosófica de Giddens, pois, conforme Saccol (2009), esta concepção estaria relacionada com a forma que o pensador acredita que o conhecimento é gerado. Ainda neste contexto, Silva (2014) aponta quatro momentos nos estudos de Giddens, sendo o primeiro entre do início de sua carreira até 1973, em que se estabelece como um importante intérprete dos clássicos da sociologia; de 1976 a 1984 pelo desenvolvimento da Teoria da Estruturação; a partir de 1987 quando volta sua atenção para a construção de uma Teoria da Modernidade; e o período no qual se engaja explicitamente com uma teoria política⁵, momento este que nos interessa neste ensaio, especificamente pela publicação de 'A Política da Mudança Climática' em 2009.

Apresentando a descontinuidade da modernidade, Giddens rebate o evolucionismo social: ritmo da mudança, escopo da mudança e a natureza das mudanças, defendendo a não linearidade da história econômica e ressaltando a extrema rapidez de sua mudança.

Individualidade e cidadania sempre existiram. Isso nos remete a uma interessante concepção de autonomia, porém, que se faz limitada para atender as exigências e demandas do sistema social vigente. Diante dessa concepção, Giddens defende que possuir informação sobre a sociedade não nos dá o controle sobre a mesma, pois historicamente muito de sua estrutura sofreu alterações significativas por adaptações ou por rupturas, nós restando, então, o entendimento da natureza dessas questões, para assim podermos atuar sobre seus efeitos.

⁵ Em 1998 é publicado *The Third Way*, obra que marcaria o engajamento político de Giddens, lançado no Brasil em 1999 com o título de A Terceira Via.

Objetivando promover um novo olhar, incorporamos aqui Zygmunt Bauman⁶, que nos apresenta o conceito de liquidez da modernidade, advogando que esta muda tão rapidamente, que não há tempo para sua consolidação, portanto, justificaria a angústia que o ser humano atualmente vive, potencializando um vazio resultante de uma sensação abstrata nas relações, cada vez mais efêmeras.

Ainda que reconheça fragilidades teóricas na Teoria da Estruturação de Giddens a favor de Talcott Parsons, por exemplo, é possível constatar no conjunto da obra de Bauman, sua atração pelas reflexões de Giddens acerca da modernidade (SILVA, 2014)

A construção de Giddens nos apresenta uma sujeição: estamos entre ausentes mesmo que quando ocupando um mesmo espaço. É uma sociedade de progresso, mas que rompeu com a ideia do bem comum e da solidariedade, porém, não nega que a ideia de equilíbrio está diretamente relacionada à integração dos indivíduos à vida social, o que é interessante destacar aqui, justamente o lema do Positivismo Comteano⁷, tão criticado por Giddens, conforme ressalta Lacerda (2009) acerca de suas recorrentes críticas no que tange às análises clássicas, incômodo que o fez se incorporar as questões ambientais permeadas por análises contundentes numa esfera macro.

Desta feita, Giddens (2010) discorre que quase todas as pessoas do mundo devem ter ouvido a expressão “mudança climática” e sabem

⁶ Sociólogo e filósofo polonês (*19/11/1925, †09/01/2017) desenvolveu seus estudos na Universidade de Varsóvia, e lecionou na Universidades de Tel Aviv (Israel) e na Universidade de Leeds (Reino Unido). Dentre outros, seu pensamento político foi influenciado por Antônio Gramsci e Georg Simmel.

⁷ Em referência ao filósofo Auguste Comte (*1798, †1857). Em sua essência, o pensamento Positivista corresponderia ao progresso humano através da ciência, carregando a racionalidade e defendendo a ciência como único guia da vida individual e social do homem, como único conhecimento verdadeiramente possível, em cujo método é o único válido (Abbagnano, 2007)

ao menos um pouquinho o que ela significa, no entanto, a vasta maioria tem feito muito pouco ou nada para alterar seus hábitos diários.

Tudo isso nos leva a desembocar num caos sistêmico que vem se construindo e se proliferando numa velocidade expressiva, mas que a sociedade econômica, resultante da concatenação de produtores e consumidores, insiste em não enxergar. Neste contexto temos o “Paradoxo de Giddens”:

A política da mudança climática tem que lidar com o que chamo de “Paradoxo de Giddens”: visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana. No entanto esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias (GIDDENS, 2010, p.20).

Concomitantemente, Bauman apresenta a lealdade no mundo líquido como algo que é motivo de vergonha e não de valores, o que significaria que as pessoas não conseguem enxergar a lealdade. As questões climáticas não poderiam ficar de fora dessa análise, afinal, a lealdade com os seres vivos, a natureza e o clima, em tese, com o planeta, se tornaram abstrações.

No decorrer de sua obra, Giddens (2010) potencializa a responsabilidade caótica como protagonizada pelos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo em que os mesmos, além de não assumirem a responsabilidade, não elaboram eficientemente políticas direcionadas à resolução da problemática da mudança climática.

É uma sociedade formada por indivíduos e indivíduos que “(des)formam” a sociedade. É nessa percepção que Norbert Elias (1994) nos mostra que ambos são inseparáveis. Não há sociedade sem indivíduos e nem indivíduos sem sociedade: há uma cumplicidade entre eles. Cabe a todos nós, então, repensar o que realmente é sociedade.

É numa relação similar de interpretação e análise, que podemos trazer a contundência da análise de Giddens (2010), quando ele trata da questão do realismo, algo que se mantém invisível no contexto vigente:

Trata-se de uma ausência estranha e indefensável, que tentei reparar escrevendo este livro. Minha abordagem fundamenta-se no realismo. Muitos dizem que lidar com as mudanças climáticas é um problema difícil demais para ser tratado dentro dos limites da política ortodoxa. Até certo ponto, concordo com eles, pois serão necessárias mudanças em nossas formas de pensamento político estabelecidas. Temos de trabalhar com as instituições existentes e de modo que respeitem a democracia parlamentar (p.23).

Invocando atenção para a autonomia da crise, Bauman e Mauro (2016) numa perspectiva complementar nos provoca a reflexão de que quanto menos trabalhado o nível de realismo, mais confortável se torna o seu domínio diante da sociedade, principalmente no tocante aos riscos e incertezas. Nessa perspectiva, Giddens (2010), nos diz que

Para enfrentar o aquecimento global, é preciso introduzir na política uma perspectiva de longo prazo. Tem que haver algum tipo de planejamento. O planejamento estatal caiu em desgraça, em parte por ser opressivo, em parte por não funcionar. Se houvesse um retorno a esse esforço, que forma ele deveria assumir? E há também a questão de lidar com os riscos e incertezas. (p.25)

De certo, reconhecemos esta gravidade e sua característica sistêmica. Bauman e Mauro (2016) afirmam que todos nós nos sentimos vulneráveis, confirmando a sequência do seu raciocínio segue também a construção que a citação anterior nos apresentou sobre o estado. Há uma vulnerabilidade a qual estamos inseridos e permeados por ela, de todos os lados. Nessa construção, seguimos nos referenciando com Bauman (2001):

Nós, indivíduos perdidos, somos de fato vulneráveis, e vulnerável também é a estrutura social enfraquecida e, em última análise, a própria democracia, que está exaurida. Este não é meramente um conceito político, mas uma noção ao mesmo tempo material, física e psicológica. (p.16).

Tendo Giddens como eixo central de nossa discussão, analisemos ainda a sua percepção diante do “Estado assegurador” em meio ao cenário vulnerável de política de mudança climática que ele trabalha. Em sua análise, Elias (1994) aborda que, quanto mais os indivíduos vão se modificando, mais complexo se torna esse elo.

Nos levando à necessidade de entender as questões pertinentes às subjetividades, a necessidade de olhar o interior das ações de certas comunidades, Giddens (2010) pede por políticas efetivas contra o aquecimento global concatenadas com o desenvolvimento, pois as consequências das mudanças climáticas poderiam agravar as imensas tensões derivadas das desigualdades globais.

Ainda nesse sentido, Weber (1999) discorre sobre a necessidade da pessoa para a sua ação. Tamanha construção pede por um percurso que contemple os distintos contextos da humanidade, nos apontando ainda para a questão de que o poder não é exclusivamente econômico.

Isto posto, ratificamos que o desenvolvimento econômico precisa ser sustentável, apoiados no Relatório de Brundtland⁸ que

reconheceu que o crescimento econômico era necessário para trazer maior prosperidade do mundo em desenvolvimento, e teria que se tornar sustentável. A Comissão definiu este, como o ‘desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atender as suas necessidades’ (GIDDENS, 2010, p.87).

⁸ Publicado em 2001 no Brasil pela FGV com título *Nosso Futuro Comum*.

Seguindo nessa linha, nos cabe então trazer um breve traçado dessa construção:

A Cúpula da Terra (ECO-92), Conferência da ONU, endossou uma declaração que estabelecia 27 princípios do desenvolvimento sustentável e recomendou que todos os países produzissem uma estratégia nacional para alcançar esses objetivos. Passados alguns anos, o Tratado de Amsterdam abraçou desenvolvimento sustentável como parte integrante das metas da União Europeia, estabelecendo-se em 2001 uma abrangente Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (GIDDENS, 2010, p.87).

Neste viés, temos a análise construída por Bauman (2001, p.135):

A capacidade de conviver com a diferença, sem falar na capacidade de gostar dessa vida e beneficiar-se dela, não é fácil de adquirir e não se faz sozinha. Essa capacidade é uma arte que, como toda arte, requer estudo e exercício. A incapacidade de enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, ao contrário, se autoperpetuam e reforçam [...]

Nesse interessante diálogo com a análise e construção que o autor nos apresenta, sem desmerecer nenhuma de suas abordagens, vale salientar ainda o que ele nos apresenta sobre as fronteiras.

É uma situação tipicamente ou'lou: as fronteiras que “nos” separam “deles” estão claramente traçadas e são fáceis de ver, uma vez que o certificado de “pertencer” só tem uma rubrica, e o formulário que aqueles que requerem uma carteira de identidade devem preencher contém uma só pergunta, que deve ser respondida “sim ou não” (BAUMAN, 2001, p.220).

Como parâmetro para a discussão que se estabelece, retomemos Elias e Scotson (2010), agora com a sua obra *Estabelecidos e Outsiders*. Mencionam o grupo que chega, como sendo fragmentado, denominando-os como um “conjunto de indivíduos”. Sendo assim, os

outsiders (fragmentados) só são aceitos quando acabam incorporando a ideia de que são inferiores.

Seguindo a sua análise, Bauman (2001) nos aponta um caminho que está sendo direcionado a uma derrota, pois a responsabilidade, condição indispensável nas relações humanas, encontraria no espaço perfeitamente planejado apenas um solo infértil.

Ainda nesse contexto, Bauman (1999) defende que “só poderiam assumir sua responsabilidade as pessoas que tivessem dominado a difícil arte de agir sob condições de ambivalência e incerteza, nascidas da diferença e variedade”.

Em sua análise, Giddens (2010) enaltece a preciosidade do termo desenvolvimento sustentável. A sua existência trouxe um caráter de maior proximidade, passando a reduzir um fosso que antes havia, tendo, a pobreza mundial, como o seu grande elo de junção:

A introdução desse conceito teve um efeito valioso. Pelo menos em certa medida, ele ajudou a reunir duas comunidades anteriormente discrepantes – de um lado, os verdes, e de outro, autores favoráveis ao mercado. O ponto de encontro surgiu através da pobreza mundial. Verdes e conservacionistas puderam argumentar. Mas também apoiaram a justiça global, significando que países mais pobres devem ter a oportunidade de se desenvolverem economicamente (p.87).

Observa-se um caminho com maior visibilidade de crescimento, sob um viés que abarca uma contextualização sistêmica, em que há oportunidades com menor nível de danos, tanto ao ser humano quanto à natureza, como um todo.

A ideia de convergência, em Giddens (2010), se faz interessante, de modo com que há uma “troca” nos processos de desenvolvimento, estabelecendo um ponto de ligação que se faz necessário:

A “contração e convergência” – mediante as quais os países desenvolvidos são os primeiros a reduzir suas emissões, e a fazê-lo de forma radical, enquanto os países mais pobres os seguem, à medida que vão enriquecendo – são um ponto de ligação necessário entre os dois tipos de desenvolvimento. [...] A partir daí os dois grupos convergirão progressivamente (p.90).

Uma grande questão nos chega com desconforto: como pensar de quem seria a responsabilidade a pela poluição. Tal questionamento, Giddens (2010) aborda da seguinte maneira:

Aqueles que causam emissões pela indústria, por exemplo, devem arcar com a responsabilidade pelos bens que produzem durante todo o seu ciclo de vida, inclusive por seu descarte. Não temos como saber, por exemplo, quais são os poluidores mais culpáveis no caso das enchentes influenciadas pelo aquecimento global. Por isso, os custos desses danos têm que se cobertos por companhias de seguros ou pelas autoridades públicas, ou por uma combinação das duas (p.94).

Responsabilidade é uma palavra que assumiu uma conotação diferente do sentido mais remoto da palavra. Em meio a essas tensões, governo e Estado pouco se posicionam.

Os argumentos-chave deste livro são que os países industrializados devem assumir a liderança na abordagem das mudanças climáticas e que as probabilidades de êxito dependerão muito do governo e do Estado. O que quer que possa feito pelo Estado dependerá, por sua vez, de geração de apoio político generalizado por parte dos cidadãos, dentro dos contextos dos direitos e liberdades democráticos. [...] o Estado conserva muitos dos poderes que terão de ser invocados para que se exerça um sério impacto no aquecimento global (GIDDENS, 2010, p.120).

Observa-se a necessidade contundente de que o cenário seja profundamente conhecido. Conforme mencionado, Weber (1999) aponta para a necessidade de se saber o que é buscado nas próprias ações, pelos agentes. Ele quer percorrer, acompanhar as linhas que

vão sendo percorridas nas trajetórias que vão sendo sucessivamente construídas pelos agentes ao longo do exercício da sua ação.

Giddens (2010) pensa em planejamento e potencializa o poder do Estado:

Agora, tem de haver um retorno a um maior intervencionismo do Estado, conclusão esta que é reforçada pelo fracasso da desregulamentação. Esse fracasso pode ser resumido como um excesso de “predileção pelo curto prazo”, e um desgaste das instituições públicas, aliadas a uma falta de controles para lidar com o risco sistêmico. Em termos de economia, será preciso descobrir meios de introduzir a regulação sem cercear a sensação de aventura e empreendedorismo de que também dependerá uma resposta bem-sucedida à mudança climática (p.126).

Visualiza-se uma escassez de tempo, realidade muito bem fundamentada na percepção líquida que Bauman nos apresenta. A pressa como uma constante que beira uma aflição, principalmente nas grandes metrópoles, produzindo uma angústia que se faz perene. Em meio a esse contexto, com uma sensação de tempo passando progressivamente mais rápido, a mudança climática precisa ter o seu tempo devido.

Considerando a necessidade uma resposta bem-sucedida às mudanças climáticas, Giddens (2010) adverte ainda que:

A orientação macroeconômica geral, principal papel econômico do governo nas últimas três ou quatro décadas, já não é suficiente. Precisa haver uma ênfase maior na política industrial. Esse ponto é óbvio no caso de fomento de tecnologias de baixa emissão de carbono, porém, com certeza devem ser válidos em termos mais amplos (p.126).

Pensou-se e discutiu-se as questões da indústria, ao mesmo tempo em que temos uma nova Revolução Industrial por vir. Nessa questão, Giddens (2010) vai nos apontar a seguinte situação:

A Revolução Industrial não ocorreu de forma consciente. Mas a próxima terá de ser criada como um projeto intencional para nos proteger de perigos futuros, o que é uma situação muito diferente. Não sabemos como se desenrolarão as coisas. É possível, como espera Rifkin, que a energia e a política marchem de mãos dadas – sistemas descentralizados em rede, enraizados em comunidades locais, substituirão as formas atuais de poder político e econômico (p.165).

Em tese, se Modernidade ou pós-modernidade, esta não é a questão que precisa de resposta. Estamos em meio a um colapso sistêmico, potencializado pelo modo de produção linear mantido por séculos, concomitantemente ao irresponsável modo de consumo que o alimenta, abarcando os mais distintos níveis da sociedade, da vida em nosso planeta, para o qual o *Paradoxo de Giddens* (MARTINS, 2011) nos alerta de que há uma necessidade por ações reais, contundentes, bem fundamentas no nosso bem final, nosso futuro comum, que é a vida em suas mais distintas formas.

Estamos lidando com um planeta que vem se desgastando progressivamente decorrente da gravidade climática caminhando para níveis irreversíveis. Talvez, uma nova e intencional “revolução verde”, baseada em inovações disruptivas ou “destruição criadora”, como propôs Schumpeter (1988), ou numa mudança do sistema linear de produção para uma economia circular, esteja se sedimentando, a qual vem embasada no intangível, nosso futuro comum. Há de se utilizar tamanha produção de ciência e conhecimento em prol deste nosso planeta e, por conseguinte, da qualidade de nossa própria existência. Em suma, concatenando pensamentos dispersos, cabe a todos nós, criar a *sociedade* que formará os *indivíduos que formarão a sociedade futura*.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. (5° ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z; MAURO, E. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRUNDTLAND, G. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. (20° ed.). São Paulo: Perspectiva, 2005.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GIDDENS, A. **A terceira via**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACERDA, G. Augusto Comte e o “Positivismo” redescobertos. **Revista de Sociologia e Política**, 17 (34), p.319-343, 2009.

MARTINS, R. O paradoxo de Giddens. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. 1 (1), p.237-243, 2011.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, 2 (2), p.250-269, 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SILVA, F. R. R. Entre a epistemologia e a ontologia: a teoria da estruturação de Anthony Giddens. **Tempo Social**, 26 (2), p.123-136, 2014.

WEBER, M. Conceito e categorias da cidade. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1999.